

Migrações intracontinentais africanas: ensaio histórico e geográfico dos movimentos migratórios e das dinâmicas e direções das migrações rurais-urbanas na África subsaariana

Caroline Coltrin Pereira
Gustavo Augusto Moreira
Julia Nunes

Introdução

O continente africano apresenta diversas especificidades quanto a sua compreensão, entretanto a migração é um dos mais relevantes e adversos elementos desse continente. Sendo assim, a mobilidade territorial sempre esteve presente, desde antes da África colonial, como se vê na complexa questão linguística, além de ser um constituidor dos diferentes espaços supranacionais.

Para compreender e ser possível este ensaio foram tomadas as questões que tomam o mundo das migrações, desde os mais recentes projetos de jurisdições dados pela ONU (Organização das Nações Unidas) até os projetos elaborados pela União Africana (bloco organizacional) como apontam Adepoju (2003), Patarra (2006) e Reis (2004). Uma remontagem dos elaborados processos migratórios do continente é necessária para que, por fim, se compreenda como funcionam as mais recentes dinâmicas migratórias.

Além disso, fora também utilizada como referência bibliográfica uma sequência de atlas elaborados em 2017 pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) com o CIRAD (Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento), cujo conjunto do trabalho recebe o nome “África Rural em Movimento: Dinâmicas e Direções da Migração ao Sul do Saara” (traduzido do inglês “Rural Africa in Motion: Dynamics and Drivers of Migration South Saara”). O documento busca entender os complexos fluxos migratórios da África Subsaariana tendo como foco principal o movimento migratório rural-urbano dentro do continente, e as consequentes mudanças no território, sobretudo rural. Desse modo, faz um apanhado geral sobre as mudanças migratórias do continente, bem como sobre qual contexto histórico, político, social e econômico elas se dão. Porém, por se tratar do primeiro atlas a estudar as migrações intracontinentais subsaarianas, tendo como recorte o fluxo rural-urbano, inclusive como tendência para o futuro, as pesquisas ainda contam com falhas de dados e estatísticas, bem como de conceitos geográficos para a compreensão da totalidade do fenômeno.

Desta forma, fora feito o esforço de analisar documentos, textos e dados acerca das formas migratórias ao longo do tempo no continente africano a fim de compreender os atuais processos que dão tom à mobilidade no continente e como estes influem nas dinâmicas nacionais e supranacionais.

Objetivos

Os objetivos do trabalho foram construídos para entender as dinâmicas migratórias desenvolvidas no continente africano, tendo em vista as especificidades encontradas neste espaço. Objetivos esses como compreender, conceitualmente, as teorias e dinâmicas territoriais de migração, além dos modos de organização espacial e político com o intuito de obter um panorama da evolução e estado da arte do Espaço Geográfico africano.

Metodologia

O trabalho parte de análise conceitual acerca da temática, refletindo sobre o direito internacional e o direito intracontinental de migrar instaurado dentro da União Africana. Além disso, fora feita uma revisão bibliográfica de assuntos e autores que rodeiam a questão a fim de compreender como funcionam as dinâmicas globais e intracontinentais, como o caso da África Ocidental estudada por Adepoju (2003), que dão maior arcabouço metodológico para o entendimento da questão conceitualmente.

Ademais, fora realizada uma revisão bibliográfica do Atlas elaborado pela FAO em 2017, cujo conjunto do trabalho recebe o nome “África Rural em Movimento: Dinâmicas e Direções da Migração ao Sul do Saara” (traduzido do inglês “Rural Africa in Motion: Dynamics and Drivers of Migration South Saara”). Para isto, foram feitas análises em cima desse documento tentando visualizar os movimentos, suas tipologias e destinos, baseando-se no conhecimento geográfico.

Além disso, foram investigadas questões referentes ao funcionamento das línguas presentes no continente, já que se entende que os processos linguísticos estão diretamente relacionados à projeção do espaço geográfico africano. Por fim, todas as questões debatidas foram fundamentadas em uma bibliografia pertinente e nas discussões realizadas em sala de aula através da disciplina Geografia Regional da África, ministrada em 2019, no instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas.

Resultados

Como causa das movimentações intra e intercontinentais, mundiais, entre outras, está o motivo que implicou essas migrações. Essas são tidas, geralmente como movimentos forçados, uma vez que a população só sai quando necessário.

Essas trajetórias feitas seguem um sentido, que são os das aglomerações fixas ou pontos estruturados e, desse modo, é esperado que nesses lugares sejam encontradas melhores oportunidades e condições de vida. Sendo assim, é evidenciado que os fluxos migratórios tendem a ocorrer de um ponto opaco no território para um ponto luminoso (SANTOS, 1996). Essas são tendências de ordem mundial, uma vez que em um novo sistema, as condições capitalistas atingem, de forma selvagem e desenfreada, países como os africanos, que possuem certas fragilidades estruturais causadas pelo próprio capitalismo em suas formas pretéritas.

Dentro deste aspecto se encontra um conceito muito caro à população deste continente: a Diáspora, a qual se caracteriza pela migração forçada em razão de uma perturbação ocasionada pelo país a quem a população atingida se destina (PATARRA, 2006).

Sobre esses territórios, há traçados políticos que interferem nas dinâmicas migratórias. Nesse processo a internacionalidade da migração apresenta certas normas e leis que institucionalizam-se. No âmbito nacional, o Estado Nacional apresenta monopólio nos fluxos que passam por seus territórios (REIS, 2004), uma vez que tem autonomia de decisão de quem entra e sai. Assim, como também tem soberania nacional quanto à indicação de nacionalidade e, portanto, de cidadania, decidindo quem é cidadão de sua jurisdição. Enquanto que o Direito Internacional existe no âmbito de proteger a população que necessitar, assegurando-as direitos que podem requerer, e para impedir que decisões extremas sejam tomadas.

É possível aplicar essas questões quanto à migração intracontinental na África, uma vez que o fluxo migratório africano é de intensa diversidade e pluralidade; sendo

voluntário ou não. Além do mais, há processos históricos nos quais a população se encontra em constante movimentação sobre o território, produzindo formações territoriais e nações a partir de movimentos migratórios.

Um caso é o da África Ocidental, sub-região analisada por Adepoju (2003), que apresenta a migração como modo de vida, mas que na atualidade enfrenta alguns problemas como a migração forçada em busca de trabalho. Esses problemas também se dão através de mudanças ocorridas na ordem global, como a alteração de status de alguns países – como o caso Nigeriano que nos anos 1970 atraía mão de obra para a exploração mineral, e que hoje passa a receber migrantes rumo à Europa¹⁵. Ademais, ainda há a questão de gênero, com a tomada de controle econômico familiar pelas mulheres, que migram em maior número e representa $\frac{2}{3}$ da população que migra dentro da região (ADEPOJU, 2003), em busca de melhores salários.

Apesar da questão migratória de estar fundamentalmente presente nas territorialidades presentes no continente africano, desde a África pré-colonial, a formação territorial do continente é marcada por um intenso fluxo de migração, o que implica um conjunto de relações híbridas. Como parte de um sistema capitalista, os estados africanos atuais foram definidos a partir de interesses hegemônicos vindos da Europa, que com os processos de colonização, estabeleceu um modo de organização distinto daquele que existia no lugar. Sendo assim, esse novo modelo eurocêntrico nunca conseguiu comportar o modo de vida africano, que tem como característica fundamental o contato humano e a dinamicidade das relações.

As relações intercomunitárias estão presentes desde a África pré-colonial, na qual a população estabelecia suas territorialidades através das trocas que existiam no continente. Essas trocas fizeram com que os elementos existentes na região não fossem cristalizados e independentes, mas sim, miscigenados e relacionados (VISENTINI et al, 2014). Esse processo de migração foi territorialmente amplo e cronologicamente amplo (VISENTINI et al, 2014), sendo assim, os elementos resultantes desse contato compartilham características comuns. Um dos maiores problemas, entretanto, em entender o sistema que existia na África se dá pela força da colonização que tem implicações muito recentes no continente. Sendo assim, as características de povos que já entravam em contato entre si agora são influenciadas por um contato externo que lhes foi imposto, o que gera novas características que se fundem às anteriores, criando outras novas. As línguas e religiões são exemplos claros desse processo.

Como parte do espaço geográfico, o fato das migrações serem praticamente um fenômeno natural fez com que a organização linguística tivesse características específicas. Com as novas ações hegemônicas, surge um novo aspecto para o funcionamento dessas línguas, todavia, mesmo com a imposição dos estados europeus, os estados nacionais não se tornaram blocos individuais dentro dos limites demarcados, mas sim, um misto de línguas e culturas distintas que ocupam um mesmo território. Nesse cenário, as relações novas entram em conflito com as anteriores, configurando um novo espaço geográfico.

Essa nova configuração pode ser observada através do tronco linguístico africano, que agrupa cerca de 2000 línguas em 4 famílias linguísticas. A partir dessa divisão, é possível observar como a estrutura gramatical dessas línguas estão relacionadas - apenas a família Bantu contém 1650 línguas. Essa relação é fomentada diretamente pelos processos migratórios, sendo assim, a organização das línguas também revela os aspectos geográficos presentes no continente.

Devido a todos esses processos fundamentadores da força do sistema capitalista no continente, fora criada uma organização continental, que tem como objetivo uma África

15 De receptor para um país de trânsito.

“[...] integrada, próspera e pacífica, liderada por seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global.”” (p. 13, 2018). Dentre os diversos objetivos relacionados a uma maior autonomia africana, podem ser destacados o alcance de uma maior união e solidariedade entre os países, a aceleração da integração do continente e encorajamento da total participação da diáspora africana, que é parte fundamental da formação territorial.

Essa organização é de extrema relevância para a região, já que é responsável por diversas iniciativas através da divisão de comitês responsáveis por diferentes projetos. Além disso, a União Africana traz um fortalecimento e uma maior autonomia para a África devido a todos os acontecimentos históricos que implicaram a dinâmica atual do continente. Sendo assim, faz-se essencial essa devida atenção aos casos de migração que também ocorre com força no século XXI, estabelecendo uma regulamentação e oferecendo auxílio aos próprios migrantes.

Partindo para uma análise das especificidades dos movimentos migratórios no continente, é tida como recorte a região que abrange a África Subsaariana, uma vez que ela apresenta um histórico e forte tendência a migrações rurais-urbanas¹⁶. Visto que, em 2015, 2 segundo Mercandalli e Losch (2017), 14% dos migrantes internacionais globais são africanos.

Explorado anteriormente o caso da África Ocidental, que hoje apresenta movimentos migratórios rumo ao norte, os africanos subsaarianos tendem a migrar para países vizinhos ou de sua região. Apesar da densidade e da relevância política dos fluxos migratórios internos, que são estimados globalmente em seis vezes maiores do que a migração internacional, ainda há limitações nos dados e nas estatísticas, os quais não são precisos.

A região da África Subsaariana apresenta grande população (1,4 bilhão até 2050) e um forte processo de urbanização, entretanto, ainda há grande remanescente rural que continua a crescer como resultado de uma diversificação desafiadora de áreas rurais. Essa dinâmica populacional única resulta em uma crise massiva da força de trabalho. Isso representa uma oportunidade de crescimento mas também um desafio para os países subsaarianos, os quais necessitam de uma economia apropriada e desenvolvimento institucional para sejam adotadas uma economia diversificada; um estímulo à criação de emprego, que hoje se limita à informalidade; e absorção dos novos participantes no mercado de trabalho nas próximas décadas. Isso tudo por apresentar uma urbanização crescente desvinculada do crescimento industrial e fraca base fiscal, o que dificulta os governos de prover os bens públicos necessários na escala requerida.

Nesse contexto único, as migrações e, sobretudo, as migrações rurais na África Subsaariana não podem se desenvolver sob o mesmo padrão observado em outras regiões do mundo, onde uma migração rural-urbana definitiva alimentou diretamente o processo de transformação das sociedades industriais.

Sendo assim, por mais que os fluxos migratórios sejam impulsionados por fatores em comum, tais fluxos possuem suas particularidades de dinâmicas e direções, como no caso africano aqui estudado. A partir dele, é possível observar que as condições de transformação estrutural da África Subsaariana estão conduzindo um processo de renovação de mudanças e novas características de migração, sendo uma das, se não a mais importante, a migração rural-urbana, que se torna o componente principal das novas ocupações e dinâmicas espaciais.

Se a migração rural-urbana é uma característica proeminente relacionada à urbanização, a oportunidades limitadas de emprego formal e a um amplo setor informal

16 Recorte feito a partir do Atlas UNDESA

precarizado, então a maioria das cidades africanas impulsionam a mobilidade, não apenas dentro das cidades, mas também fora delas. Nas últimas décadas, renovados e diversificados padrões de migração têm prosperado entre as capitais das cidades, cidades pequenas e regionais, e seus interiores rurais, criando novos espaços funcionais que são moldados pelos mercados sociais e econômicos que podem sempre cruzar fronteiras nacionais, caracterizando a integração regional.

A decisão de migrar é complexa e influenciada por uma série de fatores interligados. Considerar o papel do processo de transformação das migrações rurais na África Subsaariana é crucial para desvendar os mecanismos em jogo, e identificar suas direções e suas combinações dentro da diversidade dos contextos regionais. Muito migrantes não estão apenas se movimentando pela demanda efetiva de trabalho, mas também por perceber oportunidades econômicas, motivações educacionais ou sócio-culturais. Os migrantes possuem perfis socioeconômicos diversos e diferentes expectativas, respondendo a diversas oportunidades de acordo com circunstâncias econômicas, políticas e culturais, que mudam ao longo do tempo, as vezes sob a influência da migração em si.

Em muitos países e regiões, as migrações rurais são um recurso complementar para as famílias que estão na maioria dos tempos engajados na agricultura familiar. Sua renda média é formada por seus ativos agrícolas, sua produtividade, seu tipo de produção e sua conexão com o mercado, assim como suas condições ambientais, econômicas e institucionais. Isso também depende da diversificação dos meios de subsistência ligado aos capitais financeiro e social e a existência de oportunidades socioeconômicas.

A futura natureza das migrações rurais em um contexto de crescimento da população rural é um dos maiores desafios e incerteza para a perspectiva futura do continente. Tal desafio necessita de estratégias inovadoras para agricultura e desenvolvimento rural, para aproveitar a potência da migração para o desenvolvimento, e para melhorar as habilidades e capacidade dos migrantes no sentido de ajudá-los a se tornar tomadores de decisões proativos.

Referências Bibliográficas

ADEPOJU, A. Migration in West Africa. 2003. Disponível em: Society for International Development (www.sidint.org). Acesso: 10 de maio de 2019.

Africa Union Handbook. 5ed. Addis Ababa, Ethiopia: 2018.

MERCANDALLI, S. & Losch, B. , eds. 2017. Rural Africa in motion. Dynamics and drivers of migration South of the Sahara. Rome, FAO and Cirad. 60 p.

PATARRA, N. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. Estudos Avançados (20), 2006.

PAULA, R; DUARTE, F. Diversidade linguística em Moçambique. Belo Horizonte: 2015.

REIS, R. R. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS). Vol. 19 nº. 55 junho/2004.

SANTOS, M. A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

VISENTINI, P. F; RIBEIRO, L. D.; PEREIRA, A. D. História da África e dos africanos. Petrópolis: Vozes, 2014.